

A. I. N° - 301720.0099/24-9
AUTUADO - ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA LAGO
AUTUANTE - FRANCISCO DE ASSIS SABINO DANTAS
ORIGEM - DAT METRO / INFAZ ITD
PUBLICAÇÃO - INTERNET 24/02/2025

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF N° 0021-03/25-VD**

EMENTA: ITD. TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS. FALTA DE RECOLHIMENTO. Comprovado nos autos que a exação foi recolhida no montante preconizado na legislação de regência. O sujeito passivo logra êxito em elidir a acusação fiscal. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 21/02/2024, refere-se à exigência de R\$ 32.866,42 de ITD, acrescido da multa de 60%, em decorrência da irregularidade Infração 01 - 041.002.005. Falta de recolhimento ou recolhimento a menos do ITD incidente sobre transmissão "*causa mortis*" de direitos reais sobre imóveis, no mês de fevereiro de 2020.

O Autuado, inventariante do Espólio de Clélia Maria Conrado da Mota, apresenta Impugnação à fl. 13.

Destaca que em 09 de julho de 2020, foi lavrado a escritura pública de inventário no Cartório do Tabelionato do Quarto Ofício de Notas, desta capital, (Livro n° 012-1, fls. 74, Ato 699) onde foi anexado a guia, devidamente paga, no valor de R\$30.752,23 (trinta mil, setecentos e cinquenta e dois reais e vinte e três centavos), pago no dia 27 de abril de 2020 no Banco Itaú S/A - Agência 8267, debitado da conta n° 02982-8, referente ao imposto de transmissão *causam mortis*, bem como a homologação de quitação do imposto, expedido por essa Serventia (Parecer n° 00018547531).

Arremata assinalando que diante do exposto, não há nada a se falar sobre o não pagamento do imposto, requerendo após a conferência final, seja o Auto de Infração/Notificação devidamente cancelado e arquivado.

A informação fiscal às fls. 32 a 34 dos autos foi prestada pelo Auditor Fiscal Josaphat Xavier Soares.

DOS FATOS

Informa que no dia 21/02/2024, foi constatada a irregularidade descrita na Notificação Fiscal em epígrafe, referente à falta de recolhimento ou recolhimento a menos do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação - ITD incidente sobre a transmissão de direitos reais de imóveis, conforme apurado no processo de inventário do espólio de Clélia Maria Conrado da Mota (Processo SIPRO n° 539985/2019-0).

DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA

Registra que o Autuado, Antônio Carlos de Oliveira Lago, em sua defesa faz as seguintes alegações:

Afirma que seguiu todas as orientações para a quitação do imposto, enviando a comprovação do recolhimento dentro do prazo estabelecido.

Comunica a conclusão dos cálculos do ITD - Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos - de que trata o art. 6º, combinado com o art. 8º, da Portaria Conjunta

PGE/SEFAZ 04/2014 e teve como base de cálculo as regras preestabelecidas no art. 12, inciso VIII, do Dec. 2487/89 e aplicação da alíquota com base no art. 9º, inciso I, da Lei 4.826/89, em vigência.

Observa que considerando a alteração do resultado do inventário, saindo da condição de isenção para alíquota de 8%, devido ao aumento do valor do inventário após a inclusão do bem em sobrepartilha, estamos cobrando o imposto com data de vencimento retroativa de 03/02/2018, referente ao processo inicial.

Informa que anexa, cópia do respectivo DAE - documento de arrecadação estadual - para realização do pagamento no prazo ali destacado (30 dias da sua emissão) devendo comunicar o pagamento e/ou enviar, de volta, cópia escaneada da comprovação do recolhimento, para o e-mail edson@sefaz.ba.gov.br, objetivando a que, no prazo de 48 horas, vossa senhoria compareça ao endereço citado abaixo, para tomar ciência da devida homologação de pagamento prevista no caput do art. 31 do Dec. 2.487/89 combinado com a determinação prevista no art. 10º da Portaria Conjunta PGE/SEFAZ 04/2014.

DA INFORMAÇÃO FISCAL

Homologação: Homologo o pagamento do imposto “Causa Mortis”, recolhido em conformidade com a legislação vigente, no processo de Sobrepartilha - Extrajudicial. Processo SIPRO nº 539985/2019-0 Espólio de Clélia Maria Conrado da Mota.

Pago R\$3.628,70, em 27/04/2020, mais o acréscimo moratório no valor de R\$375,87, totalizando R\$4.004,57, no Banco Itaú, agência 8267.

Pago R\$30.752,23, em 27/04/2020, no Banco Itaú, agência 8267 Data/Hora: 04/05/2020 11:01:00 Parecerista: EDSON DOS SANTOS VASCONCELLOS, Identificação: 132321831, Ratificado pelo Inspetor Fiscal José Roberto Oliveira Carvalho.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, e considerando que o Autuado efetuou o pagamento do ITD conforme as normas estabelecidas e homologadas, requer que a Auto de Infração seja julgado improcedente, pela quitação integral do ITD exigido, o que será de inteira justiça.

VOTO

O presente Auto de Infração refere-se à exigência de ITD, constando na descrição da infração: Falta de recolhimento ou recolhimento a menos do ITD incidente sobre transmissão “*causa mortis*” de direitos reais sobre imóveis, mês de fevereiro de 2020.

O Imposto sobre Transmissão “CAUSA MORTIS” e doação de quaisquer bens ou direitos (ITD) foi instituído pela Lei nº 4.826, de 27 de janeiro de 1989, publicada no Diário Oficial de 28 e 29/01/1989. Tem como fato gerador a transmissão “causa mortis” e a doação, a qualquer título de: propriedade ou domínio útil de bem imóvel por natureza ou acessão física, nos termos da Lei civil; direitos reais sobre imóveis; bens móveis, direitos, títulos e créditos.

No Inventário Judicial, o lançamento do ITD cabe ao Juiz decidir, em conformidade com o § 2º, do art. 638 do CPC, segundo o qual, “o Juiz julgará o cálculo do imposto”.

Para melhor compreensão da matéria em análise, vale mencionar e reproduzir artigos do Decreto nº 2.487 de 16 de junho de 1989, que regulamenta do Imposto sobre Transmissão “*Causa Mortis*” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITD.

“Art. 8º São contribuintes do imposto:

I - nas transmissões “CAUSA MORTIS”, os adquirentes dos bens ou direitos transmitidos;

[...]

Art. 12. A base de cálculo do imposto é:

VIII - nas transmissões causa mortis, o valor de todos os bens ou direitos, homologado pela SEFAZ em inventário ou arrolamento;

[...]

Art. 24. Nas Guias de Informações relativas à transmissão de imóveis localizados em zona urbana, será obrigatória a menção aos seguintes elementos:

[...]

II - Nas transmissões “CAUSA MORTIS”:

- a) nome do falecido;*
- b) data do óbito;*
- c) nome do herdeiro ou legatário e o valor do seu quinhão representado por bens imóveis;*
- d) grau de parentesco do herdeiro ou legatário com o falecido;*
- e) data do trânsito em julgado da sentença homologatória do cálculo do imposto;*
- f) importância a recolher”.*

Na informação fiscal prestada por Auditor Fiscal estranho ao feito, foi declarado expressamente que o Autuado efetuou o pagamento do imposto conforme as normas estabelecidas, sendo, inclusive, ratificado pelo Inspetor Fiscal, pugnando pela improcedência da autuação.

Logo, depois de examinar os elementos que constituem o presente PAF, verifico que assiste razão ao Auditor Fiscal estranho ao feito. Assim, resta configurada a inexistência de lide, e por isso, o presente lançamento tributário não merece prosperar.

Face ao exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 301720.0099/24-9, lavrado contra **ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA LAGO**.

Sala virtual das Sessões do CONSEF, 04 de fevereiro de 2025

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - RELATOR

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS - JULGADORA